



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 03/2023

Data da Sessão Ordinária

23 de junho de 2023

Início

20:30 horas

Termo

22:42 horas



Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo, oitenta e três, de sete de junho de dois mil e vinte e três. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão com a apresentação dos respetivos cumprimentos a todos os presentes e informou que não iriam estar presentes os seguintes elementos: - O Senhor Paulo Gameiro Sena Freitas, Presidente da Junta de Freguesia de Constância; A Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária; A Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo e o Senhor Vereador Alexandre Emanuel Ramos Marques, ambos do Partido Socialista. Todas as faltas foram justificadas. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Segunda Secretária que procedesse à primeira chamada de presenças, tendo comparecido os seguintes Deputados Municipais: - António Luís Fernandes Mendes; Carla Alexandra Pereira Silvério; Maria Teresa Brás de Matos Gaspar; Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim; Isabel Maria Farinha Albino da Costa; Sónia Cristina do Rosário Dias Sobral; Joaquim José Moura Marques dos Santos; Carlos José Pancadares Sousa Lopes; Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira; Luís Manuel Marques Rodrigues; Maria do Rosário Costa Martins; Vanessa Isabel Nascimento Almeida, Ângela Sofia Alves Grilo e Pedro Miguel Pedro Caxias. Estiveram igualmente presentes os Presidentes de Junta de Freguesia; José Manuel Ricardo, Ana Luísa Cartaxo Manique e, em representação da Junta de Freguesia de Constância, Paula Cristina Morais Fernandes. -----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pela Senhora Vereadora Maria Manuela de Oliveira Arsénio e pelo Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira. -----

Também esteve presente para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários; Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos; Mikael Dias, Técnico Superior (Jurista) e Daniel Oliveira, Técnico de Informática, funcionários da Autarquia, no apoio logístico à Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente - António Luís Fernandes Mendes; Primeira Secretária - Carla Alexandra Pereira Silvério, Segunda Secretária - Maria Teresa Braz de Matos Gaspar. -----



Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, iniciando os trabalhos com o período Antes da Ordem do Dia. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer o expediente recebido entre o dia vinte e seis de abril e vinte e três de junho de dois mil e vinte e três. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou a Ata número dois, de vinte e seis de abril de dois mil e vinte e três, para análise e votação, questionando os Senhores Deputados Municipais se pretendiam fazer alguma correção à mesma. Com as devidas correções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Ata a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados Municipais se pretendiam efetuar alguma intervenção neste período Antes da Ordem do Dia. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, referindo que a sua Bancada pretendia apresentar uma Moção, intitulada “Degradação dos Serviços CTT em Constância”. -----

Com a devida autorização, o Senhor Deputado Municipal passou à leitura do documento. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Moção a votação para aceitação e discussão, sendo esta aprovada por unanimidade. -----

No período da discussão, solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que concordava com a Moção apresentada, no entanto, sugeria que na mesma pudesse constar um apelo à reversão dos CTT para a gestão pública. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, para referir que a sugestão proposta pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, era extemporânea, uma vez que a concessão tinha sido revista há pouco tempo, e até dois mil e vinte e oito. -----

Não havendo mais intervenções no período destinado à discussão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Moção a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Constituindo-se como **(ANEXO I)** desta Ata e dela fará parte integrante. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a questionar as Bancadas se pretendiam fazer mais alguma intervenção. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal, Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para questionar se a distribuição dos



Boletins Municipais relativos aos meses de julho e dezembro do ano transato, tinham sido da responsabilidade dos CTT. Em caso afirmativo, em que data é que tinham sido entregues na estação dos correios para distribuição. Questionava igualmente, se o Município tinha celebrado algum contrato com aquela entidade, onde pudessem constar algumas cláusulas justificativas dos atrasos verificados, nomeadamente, os destinatários e o período de entrega. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal confirmou que a distribuição tinha sido da responsabilidade dos CTT, não tendo presente as datas da entrega na estação dos CTT. Quanto ao contrato com aquele organismo, o mesmo já tinha terminado. Voltou a pedir a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para salientar o mau serviço prestado pelos CTT no Concelho de Constância, dando para o efeito alguns exemplos. Questionou, se no contrato com os CTT para a distribuição dos Boletins, eram referidos os destinatários, ou seja, se eram todas as famílias do Concelho, ou outro qualquer tipo de distribuição. Tinha conhecimento que em algumas caixas de correio tinham sido distribuídos vários exemplares em datas diferentes, e noutros casos, como era o seu, não tinham recebido qualquer boletim. Também tinha conhecimento que alguns cidadãos a viver fora do Concelho também tinham recebido. -----

Voltou a usar da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que a distribuição do Boletim Municipal se destinava a todas as famílias do Concelho. Quanto ao facto de o Boletim ser distribuído a famílias fora do Concelho, referiu que poderia acontecer, tratando-se de naturais de Constância, inclusive no estrangeiro. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que a sua Bancada tinha uma Moção para apresentar, intitulada “Pela melhoria da prestação de cuidados de saúde no Concelho de Constância, no Médio Tejo e no País”. -----

Com a devida autorização, a Senhora Deputada Municipal passou à leitura do documento. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Moção a votação para aceitação e discussão, sendo a mesma aceite por unanimidade. -----

Durante o período de discussão, ambas as Bancadas fizeram intervenções sem alterarem a substância da Moção. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Moção a votação, sendo esta aprovada por unanimidade, ficando a constituir (ANEXO II) desta Ata e dela fará parte integrante. -----



Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que desde o falecimento do Senhor José Ramoa Ferreira, responsável pelo desenvolvimento da Casa-Museu Vasco de Lima Couto, em Constância, que o local no Cemitério de Constância, onde estão os restos mortais de Vasco de Lima Couto, não era limpo. Solicitando ao executivo municipal as diligências necessárias para a limpeza do espaço, por forma a dignificar a figura do poeta. O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou boa nota do assunto. -----
Não havendo mais intervenções no período “Antes da Ordem do Dia”, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Senhora Primeira Secretária da Mesa para proceder à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva Ordem de Trabalhos. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

1. Período reservado à intervenção do público; -----
2. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de prestação de contas consolidada de 2022 – Para deliberação; -----
3. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de alteração ao mapa de pessoal de 2023 (2ª alteração) – Para deliberação; -----
4. Análise, discussão e eventual aprovação da reabilitação e reconstrução do edifício destinado à Loja do Cidadão de Constância - Proposta de autorização prévia e compromissos plurianuais – Para deliberação; -----
5. Análise, discussão e eventual aprovação do Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) – Para deliberação; -----
6. Estatuto do Direito de Oposição – Relatório 2022 – Para Conhecimento; -----
7. Apreciação de Informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----
8. Outros assuntos de interesse. -----

Lida a convocatória e a respetiva Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. ---

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Solicitaram a palavra os seguintes cidadãos, com os seguintes assuntos: -----

- Senhor Álvaro Alves, de Montalvo, cujos assuntos diziam respeito aos balneários do Campo de Futebol, em Montalvo, e saneamento básico no lugar da Pereira. -----

-- Senhor Rui Ferreira, de Montalvo, cujos assuntos diziam respeito aos balneários do Campo de Futebol, em Montalvo, e serviços prestados no Concelho de Constância pelos CTT. -----



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Álvaro Alves, começando este por referir que o primeiro assunto, já muito antigo, dizia respeito à falta de esgotos no lugar da Pereira. Na última Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha referido que o assunto estava a ser estudado. A questão que colocava, era saber se já havia alguma solução, e qual. -----

A segunda questão, era respeitante aos balneários do Estádio Municipal, em Montalvo. Na última Assembleia de Freguesia de Montalvo, a uma questão apresentada sobre o assunto, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia tinha respondido que o atraso da entrada em funcionamento dos balneários se devia a um problema técnico. Sendo um problema técnico, pretendia saber de que problema se tratava e para quando a sua resolução. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Rui Ferreira para apresentar as suas questões. -----

No uso da palavra, o Senhor Rui Ferreira começou por abordar o assunto dos maus serviços prestados pelos CTT, referindo que tinha recebido o Boletim Municipal no pretérito mês de maio, e, na semana que antecedeu esta Assembleia, tinha recebido mais dois. Também tinha conhecimento, que até ao momento, alguns munícipes ainda o não tinham recebido. Sendo um serviço pago com o dinheiro dos contribuintes, como é que era possível desperdiçar verbas com tão mau serviço, inclusive, com renovação do contrato com uma empresa que não cumpria com os parâmetros do mesmo. Se a reversão daqueles serviços para o Estado não era solução, então o que é que deveria ser feito para que o serviço funcionasse. -----

A segunda questão, dizia respeito aos balneários do Estádio de Futebol Municipal, em Montalvo. Um investimento feito há mais de um ano, em mais de uma centena e meia de milhares de euros, que continuava inoperativo. Esperava que no início da próxima época desportiva, prevista para o mês de agosto, as obras já estivessem concluídas. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões apresentadas pelos dois intervenientes sobre os balneários do Campo de Futebol Municipal, em Montalvo, mais concretamente, pela resposta dada pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, numa Assembleia de Freguesia, referindo que se tratava de um problema técnico. Aquela afirmação estava correta, no entanto, antes de serem detetados os referidos problemas técnicos, no final do ano transato, tinham sido “travadas” duas obras por motivos do agravamento da situação financeira vivida no País, com reflexos nas Autarquias Locais. As obras mencionadas tinham sido; a conclusão dos balneários no Campo de Futebol Municipal, em Montalvo e o Parque Infantil no lugar da



Portela, em Santa Margarida da Coutada. Quando no início do corrente ano retomaram os processos, tinham detetado que no respeitante aos balneários, faltavam alguns elementos técnicos, imprescindíveis para a conclusão do processo da empreitada da obra. No presente, o bloqueio estava ultrapassado, a empreitada já tinha sido lançada, e se tudo corresse dentro do previsto, durante o próximo mês de setembro a obra estaria concluída. Quanto à questão dos CTT, apresentada pelo Senhor Rui Ferreira, referiu que se tratava de considerações legítimas, num assunto já abordado anteriormente e sobre o qual tinha tirado boas notas. -----

Quanto à questão apresentada pelo Senhor Álvaro Alves, sobre os esgotos no lugar da Pereira, não possuía mais informações sobre o assunto, para além da resposta que lhe tinha dado numa das anteriores Assembleias Municipais, continuando a aguardar que surgisse alguma possibilidade de candidatura a fundos para o efeito. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 2 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DE 2022 – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o Município era obrigado a consolidar contas com as entidades com as quais tinha participações, nomeadamente, Centro de Ciência Viva de Constância, Casa Memória de Camões e RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos. O documento em análise para deliberação, visava a consolidação da prestação de contas com aquelas entidades. -----

Não havendo intervenções por parte das Bancadas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com quatro abstenções da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO 3 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023 (2ª ALTERAÇÃO) – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que as alterações propostas ao Mapa de Pessoal, visavam o seguinte: - Criação de um lugar de Assistente Técnico para a área dos recursos humanos (nova contratação através de um concurso a abrir); - abertura de um lugar para a área da fiscalização, empreitadas e obras públicas por administração direta, visando consolidar a mobilidade de um Assistente

Técnico para Técnico Superior (Engenheiro Civil); - Contratação de dois novos postos para Assistentes Operacionais, para a área do ambiente e serviços urbanos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, questionando se a necessidade de prover mais um lugar na área dos recursos humanos, tinha a ver com o acréscimo de trabalho decorrente da absorção dos profissionais do Agrupamento de Escolas. -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que em parte sim, no entanto, tratava-se de uma situação há muito tempo sinalizada pela Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, com a necessidade de um reforço de pessoal naquela área, por forma a conseguirem dar respostas atempadas e necessárias ao volume de solicitações. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Ponto a votação, sendo este aprovado por maioria, com quatro abstenções da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária. -----

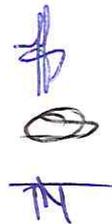
PONTO 4 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA REABILITAÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO À LOJA DO CIDADÃO DE CONSTÂNCIA – PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA E COMPROMISSOS PLURIANUAIS – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentação deste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que, tendo em conta o valor da empreitada, teria que existir uma autorização prévia da Assembleia Municipal para se dar início à referida empreitada. Por outro lado, atendendo ao valor e à necessidade de se prolongar por mais de um ano, também a Assembleia se teria de pronunciar. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por referir que pretendia ser esclarecida sobre o seguinte: - Sendo o valor monetário em análise de cerca de um milhão e oitenta e seis mil euros, certamente adquirido através de um empréstimo bancário, não teria esse mesmo empréstimo de merecer aprovação em Assembleia Municipal? -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que de acordo com o parecer da Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, não seria necessário. Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número quatro a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----



PONTO 5 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO REGULAMENTO INTERNO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS) – PARA DELIBERAÇÃO -----

Este ponto foi retirado. -----

PONTO 6 – ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – PARA CONHECIMENTO -----

Tratando-se de um documento para conhecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo não concordar com um dos exemplos referidos no documento, mais concretamente, no respeitante à solicitação do Estudo Prévio sobre o Aeroporto de Tancos, por, em seu entender, não corresponder à verdade. Fez um breve historial sobre o processo, referindo que o documento solicitado só tinha sido obtido através da CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo). Fazer constar este documento no Relatório, no âmbito do Direito de Oposição, não correspondia à verdade e deveria ser retirado. -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária não estava a interpretar corretamente o mencionado no documento. O que era referido era o seguinte: tinha sido solicitado pela Senhora Deputada Municipal, através de um email, o envio do Estudo Prévio sobre o Aeroporto de Tancos, e tinha havido uma resposta ao referido email. Não era referido no Relatório, que o Estudo Prévio tivesse sido enviado, mas apenas a resposta ao email. -----

Não havendo mais questões, e sendo o documento apenas para conhecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 7 – APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção neste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que pretendia apresentar três questões; - A primeira, dizia respeito a um valor de quatro mil e oitocentos euros, para policiamento nas Festas da Boa Viagem (Festas do Concelho). Questionando se se tratava de policiamento ou segurança. A segunda questão, dizia respeito à evolução da despesa, pretendia saber qual a justificação para o facto do montante relativo à aquisição de bens e

serviços, no mesmo período homologado, em dois mil e vinte e dois ter sido de setecentos e noventa mil euros e, em dois mil e vinte e três, já estar em mais de um milhão de euros. Por último, no respeitante a transferências de capital, no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), verificava uma dotação de cerca de um milhão de euros, e apenas ter sido executado até ao momento, cerca de dez mil euros. Qual a razão para o atraso. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à primeira questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, sobre o policiamento nas festas da Boa Viagem, referindo que se tratava de pagamentos à GNR (Guarda Nacional Republicana). -----

Sobre o montante relativo à aquisição de bens e serviços, tinha a ver com o impacto verificado com os diversos e sucessivos aumentos. Para melhor esclarecimento e com dados mais precisos, faria chegar posteriormente aquela informação. -----

Quanto ao PRR, o valor que estava no documento era referente à Loja do Cidadão e a outra candidatura apresentada. De igual forma, faria chegar posteriormente com mais exatidão, o que é que já estava executado no âmbito do PRR. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 8 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pedro Caxias, do Partido Socialista, para referir o seguinte: com a aproximação da reabertura da Praia Fluvial de Constância e tendo em conta o sucesso do ano anterior, pretendia questionar se já estavam reunidas todas as condições para a reabertura no primeiro dia do mês de julho, quais as alterações previstas, e expectativas para o presente ano. -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para apresentar as seguintes questões: - Algumas obras realizadas recentemente no POMTEZE (Plano de Ordenamento das Margens do Tejo e do Zêzere), embora embelezando aquela zona, de acordo com os reportes das empresas de canoagem, o acesso das canoas ao Rio Zêzere tinha ficado mais difícil. Pretendia saber se estava previsto algum melhoramento para o efeito. Pretendia igualmente fazer uma pequena análise/reflexão sobre a vigésima sexta edição das Pomonas Camonianas. Tinha retido algumas afirmações do atual executivo municipal sobre o modelo do evento “que estava gasto e a necessitar de renovação”. Não pretendia

pronunciar-se favorável ou desfavoravelmente sobre tais afirmações, pois, como em todas as iniciativas que se prolongam durante muitos anos, era normal que tal acontecesse, fazendo as reformulações parte do processo. Sendo a presença de Camões em Constância um fator identitário e cultural do Concelho, cujas Pomonas Camonianas eram o seu expoente máximo, com os benefícios que dali advinham em termos de turismo cultural e de afirmação de Constância e da Vila como elemento diferenciador, verificava, que o apoio da Câmara Municipal ao evento não era coincidente com as afirmações que ouvira. Em sua opinião, as últimas Pomonas Camonianas, resumidas a um dia e mais algumas horas, com uma recriação do mercado quinhentista muito aquém daquilo que deveria ser o seu objetivo, com apenas doze bancas, poucas flores e frutos e muitos bolos. As placas identificativas das flores e dos frutos que deveriam remeter os visitantes para a obra de Camões, diferenciando-se de outros mercados quinhentistas que se faziam por todo o País, não tinha existido. Em sua opinião, tinha havido falta de empenhamento, sabendo que existiam trabalhadores na Câmara Municipal com conhecimento e saber como se faziam bem as coisas, pois, já o tinham provado em anos anteriores. Se não tivesse sido o empenhamento da Escola, pese embora nem tudo ter corrido sem reparos (Som), o resultado final seria muito pior. Em seu entender, tinha havido alguma falta de articulação no acompanhamento por quem tinha maior capacidade (Câmara Municipal) para coordenar, inclusive as iniciativas da Escola. -----

Pela positiva, não poderia deixar de realçar o empenhamento da comunidade escolar e, da excelente exposição no edifício da Casa Memória de Camões. Em resumo, pretendia saber o que é que a Câmara Municipal pensava fazer para contrariar a tendência de decréscimo de qualidade do evento ano após ano. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões apresentadas pelo Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pedro Caxias, do Partido Socialista, relativas à questão da Praia Fluvial. Quanto à sua abertura, estava prevista para o dia um de julho, com a presença de Nadadores Salvadores. Tinha sido criada uma base com lava pés e chuveiro, uma melhoria relativamente ao ano anterior. Também seria construída uma rampa de acesso à praia para pessoas com mobilidade reduzida, obra a ter início a partir do dia quinze de julho, altura em que a empresa teria possibilidades de dar início à obra. Estas eram as melhorias previstas para a presente época balnear. Quanto às expectativas; eram as melhores, tendo em conta o êxito do ano anterior, esperando-se mais um bom ano para a promoção turística do Concelho, e uma lufada de ar fresco para o alojamento e comércio local. -----



Quanto à questão apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, sobre as obras de embelezamento levadas a efeito junto à margem esquerda do Rio Zêzere (Parque de estacionamento), tinha havido um arranjo paisagístico no talude confinante com o parque de estacionamento, tendo sido deixado um espaço com cerca de quatro metro de largura, com locais bem definidos para acesso das canoas ao rio sem dificuldades. Se no futuro chegassem à conclusão que a haveria alguma melhoria a fazer, estariam abertos a estudar novas soluções. -----

Quanto às Pomonas Camonianas, para além das considerações proferidas pela Senhora Deputada Municipal, que respeitava, pretendia apenas focar-se nas questões em concreto; - Não concordava que tivesse havido falta de empenhamento por parte de alguém. Todos tinham tentado dar o seu melhor, algumas pequenas falhas verificadas tinham sido registadas por forma a serem evitadas no futuro, em particular, a deficiência sonora na peça de teatro. Lembrou que a contratação do som tinha sido da responsabilidade do Agrupamento de Escolas. -----

Voltou a pedir a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo não entender como é que, com a transferência de competências na área da educação para o Município, a responsabilidade da aquisição do som ser da competência do Agrupamento de Escolas. Também não compreendia, como é que o Agrupamento de Escolas conseguia arranjar dinheiro para o pagamento daquela prestação de serviços. -----

Voltou a usar da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que o teatro estava integrado numa perspetiva pedagógica e a Senhora Diretora do Agrupamento não tinha perdido autonomia do ponto de vista pedagógico, assim como financeiro, para determinadas despesas. Se a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, fizesse questão, poderia questionar a Senhora Diretora do Agrupamento, para um melhor esclarecimento sobre o enquadramento da despesa com o som. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Primeira Secretária para proceder à leitura da minuta da Ata, que em seguida, colocou a votação. -----

-----APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constantes possam produzir efeitos imediatos. -----

-----ENCERRAMENTO-----



ANEXO I

MOÇÃO

“Degradação dos serviços CTT em Constância

Os CTT são um serviço fundamental para as populações, para o desenvolvimento do País e para a coesão territorial. No entanto, temos verificado que desde a sua privatização em 2013, o serviço público postal prestado tem vindo de forma galopante a degradar-se. -----

Primeiramente, observa-se o significativo encerramento de diversas agências por todo o País, e em simultâneo, assistiu-se a um expressivo aumento dos preços dos serviços prestados, que invariavelmente, não correspondem com qualidade, profissionalismo, dignidade, ética e seriedade, os interesses da população do Concelho de Constância. -----

Denunciamos, a brutal degradação na aptidão do serviço prestado, na entrega e distribuição do serviço postal com sucessivas devoluções, extravios, enganoso e entregas de correio extremamente espaçadas no tempo, atrasos que têm nefastas consequências para os destinatários (como avisos de pagamento e faturas recebidas após a data limite de pagamento, vales de reforma ou pensões, avisos judiciais, procurações e demais documentos) cujo incumprimento de prazos está sujeito a penalizações. -----

Também as empresas instaladas neste Concelho, queixam-se de atrasos constantes de correspondência, encomendas e demais documentos importantes, que estão depositados no edifício dos CTT e depois são devolvidos ao remetente sem aviso aparente! -----

Os empresários, serviços e população de Constância, estão a ser cabalmente prejudicados. Desta forma, é urgente e imediato normalizar a qualidade do serviço de distribuição postal no nosso Concelho. -----

Pelo exposto, vem a bancada do Partido Socialista, nesta sessão da Assembleia Municipal, reunida em 23 de junho de 2023, propor que seja deliberado o seguinte: -----

- 1 – Transmitir à Administração dos CTT a sua profunda indignação por esta continua degradação da qualidade e execução do serviço público; -----
- 2 – Reivindicar junto do Governo e da Assembleia da República, a adoção de medidas necessárias com vista ao cumprimento por parte da Administração dos CTT, dos níveis de qualidade do serviço postal imposto nos termos da concessão; -----
- 3 – Instar o Governo, a equacionar os mecanismos de fiscalização e controle, sendo mais exigente nos critérios da prestação do serviço postal; -----
- 4 – Que seja dado conhecimento desta Moção às seguintes entidades: -----

- Sua Excelência Senhor Presidente da Assembleia da República; -----
 - Sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro; -----
 - Sua Excelência o Senhor Ministro das Infraestruturas; -----
 - Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM); -----
 - Administração dos CTT; -----
 - CIMT (Médio Tejo). -----
- Assembleia Municipal de Constância, 23 de junho de 2023 -----
- A Bancada do Partido Socialista” -----

Handwritten marks in blue ink: a stylized signature, a circle, and the letters 'TT'.



ANEXO II

MOÇÃO

“Pela melhoria da prestação de cuidados de saúde no Concelho de Constância, no Médio Tejo e no País

Pela defesa do Serviço Nacional de Saúde

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal, têm vindo a manifestar a sua preocupação pela degradação progressiva do Serviço Nacional de Saúde (SNS), com consequências evidentes na falta de médicos e outros profissionais de saúde. -----

A falta de médicos de família nos cuidados de saúde primários em Portugal, não é novidade. Desde há muito tempo que se tem vindo a alertar para este problema, contudo, a situação tem se vindo a agravar nos últimos tempos na maioria dos concelhos do Médio Tejo e a nível do País. No concelho de Constância, também se sente este problema, que se veio a agravar com a aposentação de uma médica que deixou cerca de dois mil utentes sem médico de família, sendo a sua grande maioria da freguesia de Santa Margarida da Coutada. -----

No último ano o número de utentes sem médico de família aumentou 29% ascendendo agora a quase 1,7 milhões no país. Na tentativa de minimizar o problema, recorrem permanentemente a prestadores de serviços, o mesmo se verifica nos hospitais cujas administrações recorrem a prestadores de serviços. -----

Pelos constrangimentos que se tem vindo a verificar para assegurar as escalas de urgência pediátrica, no Centro Hospitalar do Médio Tejo – Unidade de Torres Novas está prevista a suspensão das urgências de pediatria ao fim de semana de 15 em 15 dias. O encerramento dos serviços de urgência vem aumentar ainda mais os problemas para as crianças e para os pais, que terão de procurar solução em outras unidades de saúde e percorrer grandes distâncias, para além de sobrecarregar o serviço de urgência de outros hospitais. -----

A falta de médicos, de alguma forma está a ser agravada pelo número de aposentações, mas também é devido à falta de capacidade do SNS, para reter os médicos no sistema nacional de saúde e para cativar e motivar os que estão atualmente fora do serviço público. Mas esta situação preocupante não é uma inevitabilidade e terá e terá que se encontrar solução. –Assim, a Assembleia Municipal de Constância reunida a 23 de junho de 2013, delibera requerer do Governo a adoção de medidas urgentes que garantam a fixação e atração de profissionais de saúde para o setor público, que passam pela valorização das





carreiras, progressões, remunerações, melhoria das suas condições de trabalho dotando os centros de saúde e hospitais de recursos materiais e técnicos adequados, e de uma maior autonomia das unidades do SNS. -----

Sendo aprovada, a moção deverá ser remetida às seguintes entidades: -----

- Sua Excelência o Ministro da Saúde; -----
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República; -----
- Diretor Executivo do SNS; -----
- Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo; -----
- Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo; -----
- Diretor executivo do ACES Médio Tejo; -----
- Comunicação Social. -----

Assembleia Municipal de Constância, 23 de junho de 2023 -----

Os eleitos da CDU-Coligação Democrática Unitária” -----